

SINERGIA

Serviço essencial, Sindicato indispensável Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Número 1081 20/06 a 03/07/2011



Stieec- filiado em 1988 Gasistas- filiado em 1989 Sindprudente - filiado em 2005 Sindlitoral - filiado em 2006 Sindbauru - filiado em 2009 Sinergia CUT - filiado em 12/12/99

CPFL Energia

CPFL: Robin Hood às avessas

Empresa insiste na retirada de direitos e reajuste insatisfatório para aumentar mais o seu lucro.

Mobilização é o caminho. Próxima rodada nesta terça (21)

A CPFL Energia registrou no primeiro trimestre de 2011 lucro líquido de R\$ 466 milhões. A receita operacional líquida trimestral cresceu 5% na comparação anual, atingindo R\$ 3,02 bilhões.

Mesmo com esses números exorbitantes, na quinta rodada de negociação do Acordo Coletivo dos trabalhadores, ocorrida no último dia 14, a holding continuou insistindo em uma proposta que retira direitos e conquistas - como Adicional de Turno e Gratificação de Férias - e cujo reajuste não repõe sequer a inflação do período: 5% em junho e mais 1,55% em outubro, não cumulativo.

Resultado da reunião: o Sinergia CUT rejeitou a proposta repudiando a atitude da empresa. "Aos trabalhadores a CPFL só quer oferecer migalhas, apesar de serem eles os verdadeiros responsáveis pelos ótimos resultados financeiros do Grupo", afirma a direção do Sindicato.

O Sinergia CUT lembra também que em episódios como o ocorrido na semana passada, durante o temporal que atingiu várias cidades atendidas pela CPFL e que fez cair a energia em diversas localidades, os trabalhadores demonstraram compromisso para com a empresa e para com a população em geral. Trabalharam até 22 horas initerruptas.

Ou seja: nem com um caso tão recente, que exemplificou na prática roti-

neira o empenho e o merecimento dos seus "colaboradores", a direção da CPFL se dignou a alterar sua postura nessa Campanha Salarial e a apresentar uma proposta justa e que traduz o atual e feliz cenário vivido pela holding. Pelo contrário: a empresa continua com sua velha e contraditória política de "tirar dos pobres para dar aos ricos".

Plano de Lutas

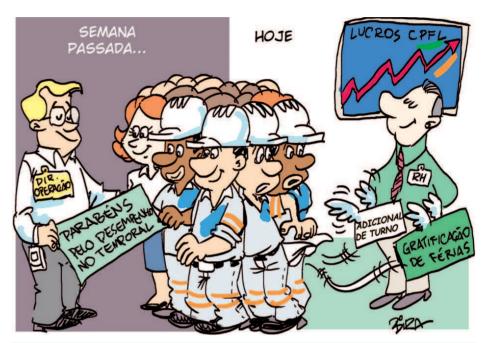
Por tudo isso, o Sinergia CUT realiza assembleias para preparar os trabalhadores para uma mobilização surpresa e traçar um Plano de Lutas com mobilizações gradativas.

O Sindicato tem feito intervenções nas mesas de negociação e resistido às investidas da empresa. Um melhor resultado nessa Campanha Salarial depende também, e muito, do envolvimento e da disposição de luta da categoria. Por isso, participe!

Bom refletir...

... o índice reivindicado pelos trabalhadores é o ICV-Diesse (7,21%), e o aumento real e ó PIB de 2010 (7,5%).

... uma consultoria do Bradesco realizou uma apresentação macroeconômica para a direção da CPFL, informando que a média de reajuste aplicada aos trabalhadores de diversas categorias nesse ano de 2011 gira em torno de 8%....



A proposta da empresa

√ Reajuste: 5% em junho + 1,55% em outubro (não é cumulativo)

√ Vale Refeição: R\$ 492,04

√ Vale alimentação: R\$ 149,18
√ Auxilio Creche: R\$ 348

√ Gratificação de férias: para os que entraram até 31/05, R\$ 1759. Após

isso, conforme a lei (1/3)

√ Adicional de Turno: mantém a atual política para quem está na empresa até 31/05 (7,5%). Para quem entrar a partir dessa data, recebe 5%.

√ Vigência: 2 anos

 $\textit{OBS:} \ O \ percentual \ apresentado \ a \ maior \ em \ relação \ à \ quarta \ rodada \ \'e \ 0,005\%$

Salvemos o setor do apagão de memória do governador

As declarações do governado Geraldo Alckmin publicadas no jornal Folha de São Paulo no dia 09 de junho, referentes aos danos causados à população do estado de São Paulo pela falta de energia, são estarrecedoras. Ao dizer que a Eletropaulo não tem "condições mínimas" de operar com segurança em dias de chuva, que não tem condições de atendimento rápido ao usuário e, ao mesmo tempo, de prevenir problemas causados por tempestades, o governador parece ter sido acometido por algum sério problema de memória. Mas os trabalhadores do setor energético do estado de São Paulo, prejudicados com as precárias condições de trabalho enfrentadas nos dias de hoje, fazem questão de lembrar: o desmonte do setor elétrico no estado paulista fará nos próximos dias aniversário de 15 anos. No dia 26 de junho de 1996, a maioria da base tucana aprovou a lei que autorizou a venda das empresas energéticas.

O governador Geraldo Alckmin poderia muito bem assoprar estas 15 velinhas e deixar o salão no escuro com a faca que retalhou o setor energético na mão. Foi ele quem presidiu o Programa Estadual de Desestatização do governo Covas que privatizou as quatro distribuidoras (CPFL, Eletropaulo, Bandeirante e Elektro), duas geradoras (AES Tietê e Duke Energia), três distribuidoras de gás natural (Comgás, Gás Brasiliano e Gás Natural) e a transmissora CTEEP. Este foi, segundo o jornal, o patrimônio liquidado por U\$\$ 11 bilhões.

A lógica de quem defende a privatização de serviços prestados pelo estado é justamente essa: desfazer-se das responsabilidades. Será que antes de privatizar as empresas energéticas do estado de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin não pensou que a lógica do capital afetaria os serviços essenciais? E que quem pagaria seria a população? Alckmin e os parlamentares tucanos que aprovaram a lei que autorizou a venda de todas as energéticas sabiam.

E não foi só na capital que a falta de energia causou transtornos e perdas. Em Campinas, devido à tempestade que atingiu a região, no dia 07 de junho, alguns bairros chegaram a permanecer 48 horas sem energia. Consumidores sequer conseguiam fazer a reclamação, pois as linhas telefônicas da CPFL Energia estavam todas ocupadas. A empresa não admite, mas a demissão de 135 trabalhadores do quadro próprio no Call Center de Campinas reflete justamente a precarização do trabalho e também do atendimento à população.

A estratégia da holding foi a de criar uma empresa dentro do próprio grupo, deslocando a prestação de serviços para Araraquara e Ourinhos, onde os trabalhadores ganham a metade do valor que recebiam os atendentes do Call Center da sede, que foi desativado em novembro do ano passado. O Sinergia CUT obteve vitórias na Justiça, mas a empresa insiste em recursos para manter a lógica do lucro a qualquer preço.

Para se ter uma idéia, o padrão internacional de qualidade determina um trabalhador para cada 600 consumidores. No Brasil, essa proporção é de um para 700. Hoje na CPFL Energia, a proporção é o dobro do que o padrão internacional recomenda. Ou seja: faltam trabalhadores para garantir a qualidade das condições de trabalho e dos serviços prestados.

Não cansaremos de repetir essa história. Diferentemente do governador, os trabalhadores energéticos de São Paulo não esquecem a história recente do Brasil. Os problemas enfrentados hoje pela categoria são resultado das ações privatistas dos governos tucanos, que tentam agora, se livrar da pecha de privatizadores. No início de junho, o PSDB apresentou duas propostas de emendas constitucionais (PECs) proibindo as privatizações da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. PECs de aparências para tentar apagar a memória do povo paulista.

Destaques desta edição

Sinergia CUT na CPI Eletropaulo

Sindicato esclarece parlamentares sobre realidade do setor Página 02

CPFL Jaguariúna: categoria decide

Sindicato encaminha proposta para aprovação

Página 03

Rodadas da CS 2011

Confira o que rolou nas mesas de negociação

Página 03

Peri CESP/Elektro e Duke

Juíza suspende decisão que permitia ações individuais

Página 04

ACONTECEU

Procon pede intervenção administrativa na Eletropaulo

O Procon-SP encaminhou um ofício à Aneel no dia 10 passado em que solicita a intervenção administrativa na concessionária AES Eletropaulo. O objetivo do pedido é que a empresa "restabeleça a regularidade e o bom funcionamento dos seus serviços". OProcon considera que os consumidores do estado de São Paulo enfrentam, desde 2009, "gravíssimos problemas relacionados à energia elétrica". "(...) O interventor terá a função de assumir a condução da empresa e adotar as providências necessárias para garantir a continuidade e qualidade da prestação dos serviços, bem como assegurar o atendimento das demandas dos consumidores", informou o Procon. Tudo isso porque, na primeira semana de junho, consumidores tiveram a energia elétrica interrompida por mais de 48 horas. Para o órgão, isso demonstra que a Eletropaulo não criou uma estrutura adequada de atendimento para situacões emergenciais.

Tractebel é condenada por racismo

A Justica do Trabalho de Florianópolis condenou a Tractebel Energia S/A ao pagamento de R\$ 50 mil de indenizacão por danos morais decorrentes de discriminação racial no ambiente do trabalho. Também determinou a entrega ao trabalhador de uma carta de retratação pela ofensa. Segundo notícias veiculadas pela imprensa local, o autor havia sido demitido sem justa causa em 1992. Em reunião para esclarecer os motivos de seu desligamento, ele alega ter sido alvo de comentários de cunho discriminatório racista. Em sua decisão, o juiz Luciano Paschoeto anotou, que "o comportamento adotado pela empregadora desrespeitou as regras básicas implícitas ao contrato de trabalho, no sentido de que a relação entre as partes que o integram devem ser fundadas no respeito mútuo".



Sinergia CUT fala sobre a realidade do setor na CPI Eletropaulo

Sindicato apresenta dados da precarização das condições de trabalho na empresa

Como sindicato cidadão, o Sinergia CUT contribuiu com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Eletropaulo, no dia 02 passado. A CPI foi instaurada pela câmara de vereadores da cidade de São Paulo com o objetivo de investigar problemas aplicação da Lei nº 14.023/05, que obriga concessionárias e empresas estatais a tornar subterrâneo o cabeamento elétrico em São Paulo.

Nesta última audiência, o presidente do Sinergia CUT, Jesus Francisco Garcia, fez uma intervenção chamando a atenção para as condições de trabalho na Eletropaulo, especialmente na questão de Saúde e Segurança. Segundo o relatório de 2010 da Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), a Eletropaulo foi



a única distribuidora de energia a computar a lamentável estatística de acidente fatal e a segunda empresa com maior índice de acidentes de trabalho nível 1 (que levaram os trabalhadores a tratamento médico até 15 dias). Além disso, segundo o mesmo relatório, a Eletropaulo foi a recordista em acidentes fatais ou que acarretaram em invalidez permanente ao público em geral.

"Queremos debater a responsabilidade sobre essa concessão pública. Depois da privatização, precarização das relações de trabalho e problemas com a prestação de serviços passaram a fazer parte das práticas da empresa. Os dados da Arsesp mostram isso. Agora, de que maneira a Eletropaulo irá fazer a expansão da rede subterrânea? É preciso atentar para isso.", alerta o presidente do Sinergia CUT.

Outro ponto destacado pelo Sindicato é o subsolo da capital, em especial do centro, que foi ocupado sem planejamento, atendendo às demandas de canalização de gás e saneamento. "Não sabemos como está esse subsolo e a quais riscos os trabalhadores estarão expostos", afirma o presidente.

Sindicato conclui curso de Formação Sindical

No início de junho, nos dias 03 e 04, o Sinergia CUT concluiu o processo de formação básica de mais uma turma de Organização Sindical de Base II (OSB), com a participação de dirigentes de diversas macrorregiões. O curso foi realizado em Cajamar, com o objetivo de contemplar interessados que não tiveram a possibilidade de participar desta atividade no ano passado.

No segundo semestre, a Área de Formação do Sinergia CUT voltará a oferecer o curso básico OSB I, dividido em dois módulos, para todos os dirigentes e representantes sindicais eleitos em 2011. "A formação sindical e política permanente é fundamental para qualificar nossa ação sindical e potencializar a organização sindical de base, foco central de nossa estratégia para democratizar as relações no local de trabalho", explica a diretora da Área de Formação do Sinergia CUT, Deise Capelozza.



No curso OSB I, os dirigentes terão a oportunidade de conhecer e dialogar sobre a história da formação da classe trabalhadora brasileira, a legislação sindical no Brasil, a fundação da CUT, chegando à história da construção do Sinergia CUT, sua estrutura e o papel de dirigente sindical nessa estrutura.

Para facilitar a participação, o curso do segundo semestre será descentralizado em cinco regiões do estado.

Justiça mantém reintegração de trabalhador

O desembargador Gerson Lacerda Pistori, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, proferiu sentença favorável à reintegração do representante sindical, Carlos Eduardo Rosa Borges, trabalhador da CPFL Paulista, em decisão de segunda instância.

O eletricista, que trabalhava na EA Serra Negra, havia sido demitido em maio de 2009 e foi reintegrado em 16 de dezembro daquele mesmo ano. A CPFL recorreu da decisão de primeira instância sustentando que o trabalhador não tinha direito à estabilidade, simplesmente por não constar na relação de dirigentes produzida pela própria empresa. Em sua decisão, o desembargador reconheceu o direito à estabilidade de Carlos Eduardo Rosa Borges, utilizando como fundamento a liberdade e autonomia sindical. Ainda cabe recurso por parte da empresa no TST.

Mais uma vitória na Justiça!

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (2ª Região) negou provimento ao recurso interposto pela CTEEP, que tentava invalidar a eleição de Protásio Marques Filho ao Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da CTEEP em 2008.

A empresa alegava que o trabalhador não poderia concorrer à eleição por estar de licença médica, o que segundo a área jurídica da CTEEP implicaria em inatividade. No entanto, o Desembargador Relator José Eduardo Olivé Malhadas confirmou a decisão de primeira instância no sentido de que é impossível considerar inativo o trabalhador afastado por licença médica inferior a 15 dias. O acórdão do TRT/SP também reconheceu que os candidatos cumpriram todas as exigências para concorrer à eleição. A decisão de segunda instância é considerada pelo Sindicato uma vitória contra a perseguição ao trabalhador e dirigente do Sinergia CUT, emplacada pela CTEEP . A empresa ainda pode apresentar recurso ao TST.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas,SP - CEP: 13015-082. Fones: Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299;

Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16)3626-8676 Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R.Preto (17) 3215-1188; Vale do Paraíba (12)3622-4245;

EXPEDIENTE

SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato

Redação e diagramação: Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172) e Lílian Parise (MTb 13522) - Ilustração: Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 12 mil exemplares



A gente quer mais!

CPFL Jaguariúna: é hora de decisão

Proposta final traz avanços. Assembleias deliberativas ocorrem até quarta (22)

Fruto da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores e do poder de negociação do Sinergia CUT, a CPFL Jaguariúna teve que apresentar uma proposta com avancos na sétima rodada de negociação ocorrida no dia 07 passado. O reajuste proposto, que durante todo o processo negocial não ultrapassou a casa dos 6%, chegou a 7,04%, na última reunião. Segundo a empresa, essa é a proposta final.

E as conquistas não ficaram apenas no rejauste: aumento do teto do VA abrangendo mais trabalhadores e o compromisso firmado pela empresa com o Sindicato de realização de reuniões bimestrais para tratar pendên-



cias são alguns dos avanços.

"Com habilidade e, contando com a disposição de luta da categoria, conseguimos tirar leite de pedra na sétima reunião. Veio a proposta final com avanços", afirma Esteliano Neto, dirigente do Sinergia CUT responsável pelas negociações.

Entre os principais itens da proposta está o reajuste salarial de 7,04%, sendo 6,3% retroativo a abril e 0,7% em janeiro 2012 (excetuando gestores e executivos das empresas). Para o VA/VR, a empresa propõe um reajuste total de 13,92%, sendo 8,5% a partir de abril de 2011 e 5% a partir de janeiro 2012. Será pago também um abono de R\$ 100.

O Sinergia CUT tem convicção de que a unidade dos trabalhadores se faz de forma organizada, com mobilização e negociação. Participe assembleias.

Furnas/Eletrobrás: trabalhadores pressionam e empresa reabre negociação

CURTAS

Ferro Ligas: acordo aprovado!!! Reajuste salarial de 14,83%,

reajuste no VA/VR de 17,04%,

alteração na escala de trabalho para

adequação à legislação e às

manutenção das demais cláusulas

do Acordo Coletivo vigente. Essa é a

proposta da Ferro Ligas, apresentada

ao Sinergia CUT a partir da Pauta de Reivindicações dos trabalhadores e

que foi aprovada em assembleias

realizadas na semana passada.

Agora só falta assinar!

demandas da empresa

Os trabalhadores das empresas do holding Eletrobras em todo o país provaram a força da união e disposição de luta. A mobilização nacional de 48 horas, ocorrida nos dias 06 e 07 de junho, forçaram a direção da holding a reabrir as negociações. No último dia 09, em reunião com o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a holding marcou para esta terça (21) a data para o retorno das negociações.

Mazza: Sindicato tenta nova rodada de negociação

Ao avaliar a última proposta apresentada pela Mazza, Fregolente & Cia -Eletricidade e Construções Ltda, a direção do Sinergia CUT concluiu que é necessário avançar na negociação. Isso porque a empresa apresentou, entre outros pontos, reajuste salarial de 7% (6.39 IPC FIPE + aumento real de 0,61%), considerando ser a última proposta.

O Sinergia CUT realiza assembleias informativas e tentará retomar o processo de negociação com o objetivo de melhorar a proposta para ACT 2011. Confira a proposta apresentada no Portal do Sinergia CUT.

CTEEP: rodadas remarcadas

A quinta rodada de negociação entre Sinergia CUT e CTEEP foi remarcada para esta terça (21), às 10h30. Fique ligado!

Comgás: sem avanços, proposta é rejeitada

Na quarta rodada de negociação da Comgás, ocorrida na terça (14), a empresa pouco avançou e ofereceu reajuste de 6,5% nos salários e benefícios. Com relação às demais cláusulas da pauta, não apresentou nenhuma proposta. Por isso mesmo, a proposta foi rejeitada e nova rodada marcada para quinta (16), após fechamento desta edição.

Sindinstalação: trabalhadores deliberam proposta

Diante do significativo reajuste de 9.75% sobre salários e benefícios proposto pelo Sindinstalação, o Sinergia CUT encaminha a proposta para a aprovação da categoria. Vale destacar que este índice cobre toda a inflação do período, que ficou em 7,33% (ICV Dieese na data base maio) e garante um aumento real de 2,42%.

Além disso, a proposta final da empresa oferece aos trabalhadores a opção de Vale Refeição de R\$ 13,91 ou Vale Alimentação de R\$ 140. O Vale Lanche será no valor de R\$ 2,19. A proposta prevê também que o piso para trabalhadores qualificados seja de R\$ 1.086 e R\$ 910,80 para os não qualificados. Participe das assembleias deliberativas!

Elektro: 5,5% + demissões

A sexta rodada de negociação entre Sinergia CUT e Elektro, ocorrida no dia 13 passado, foi tomada pelo debate sobre a PLR Especial de Venda e PLR 2011. Apesar dos avanços, sindicatos e empresa não chegaram a uma proposta final, ficando a Elektro de estudar as reivindicações expressas e apresentar nova proposta na sétima rodada que ocorre nesta segunda (20).

Para a Campanha Salarial, a empresa apresentou a proposta de reajuste para salários e benefícios em 5,5% e ainda insistiu em alterar as cláusulas 28ª e 29ª, além da retirada dos Coordenadores e Supervisores da abrangência do ACT vigente.

O Sinergia CUT rejeitou a proposta porque quer negociar a reposição dos salários e benefícios pelo Dieese (7,21%), aumento real, aumento significativo nos benefícios de alimentação, além de melhorias nas condições de trabalho.

Mais: o Sindicato repudiou a proposta da retirada dos coordenadores e supervisores na abrangência do ACT, bem como a alteração na redação das cláusulas 28ª e 29ª com o objetivo apenas de mais demissões. Reafirmou que esses temas propostos poderão ser objeto de discussão no processo permanente de negociação com reuniões mensais logo após o fechamento do acordo coletivo. A negociação permanente está prevista pela cláusula 47^a do ACT vigente (até 2013). Mais informações no Portal do Sinergia CUT. Acesse www.sinergiaspcut.org.br .

B. Tobace: avançou!

A pressão dos trabalhadores aliada à capacidade de negociação do Sindicato fez avançar a proposta da B.Tobace na quinta rodada de negociação, que ocorreu no último dia 16. Na ocasião, a empresa propôs reajuste salarial de 6,3% e do VR de 17%. Para os pisos salariais, a proposta é de reajuste de 8,85%. Vale lembrar que as negociaçõe na B. Tobace começaram com negativas da empresa em anteder as reivindicações. Da terceira para a quarta rodada a proposta de reajuste saiu dos 4% para os 5%. Pouco demais! Com isso, os trabalhadores demonstraram disposição de luta para realização de mobilizações gradativas. A empresa, então, voltou à mesa com uma nova proposta que será avaliada pela direção do Sindicato nesta segunda (20), antes antes de ser levada para a deliberação da categoria.

AES Tietê: reajuste a prestação???

É como no crediário, mas sem nenhuma facilidade. A AES Tietê propõe aos trabalhadores um reajuste irrisório e parcelado, não cumulativo. A proposta de 5% de reajuste agora em junho, mais 1,5% em dezembro foi rejeitada e criticada pelo Sinergia CUT, na mesa de negociação do último dia 15.

"Essa postura da AES demonstra uma contradição pois é a única empresa no setor que tem um contrato bilateral vendendo energia para sua co-irmã a um preço acima do mercado e agora a empresa vem para a mesa de negociação com uma proposta que não repõe sequer a inflação.", critica a direção do Sinergia CUT.

Além disso, terá um reajuste de energia de aproximadamente 10% (IGPM) na correção da tarifa, que já é supervalorizada em virtude do contrato



A próxima rodada está marcada para

terca (21) às 17h, em São Paulo, "Caso a empresa não pare de brincar de negociar e não apresente uma proposta que contemple as reivindicações dos traba-Ihadores, deveremos aprovar um plano de lutas que deverá ir de 2 horas até a greve", destaca a direção do Sindicato.

Cernhe: proposta rejeitada

A primeira rodada negociação com a cooperativa Cernhe ocorreu no último dia 14, mas a proposta foi rejeitada pelo Sinergia CUT porque o Sindicato reivindica melhorias no benefício de cesta básica e também a discussão de outros itens da pauta de reivindicações. As negociações da empresa data base maio começaram apenas agora devido a problemas de saúde do negociador da Cooperativa.

A proposta rejeitada previa aumento real de 7,5%, vigência do ACT por dois anos e manutenção das cláusulas vigentes.

Vale destacar que o reajuste salarial da Cernhe tem uma especificidade. Todas as vezes que a inflação atinge 1% dispara-se um gatilho, sendo que na data base a empresa discute com o Sindicato somente o valor do aumento real, tendo como referência o ICV do Dieese. Portanto, a empresa repõe o percentual para complementar o índice do Dieese e negocia o Aumento

Sinergia CUT realizará assembleias informativas. Participe!

CESP não sai do lugar e repete proposta

Na segunda rodada de negociação, ocorrida no dia 14 passado, a estatal manteve a mesma proposta da reunião anterior e solicitou aos Sindicatos presentes que enviem quatro ou cinco pontos de pauta prioritários para negociar.

O Sinergia CUT repudiou a atitude da empresa, pois as reivindicações dos trabalhadores já foram apresentadas na pauta, que foi protocolada no dia 11 de maio passado. Próxima rodada está marcada para esta segunda-feira (20).

Plano de Lutas

Caso não haia avancos nesta terceira reunião a direção do Sinergia CUT realizará assembleias com os trabalhadores para traçar um plano de luta, com o objetivo de pressionar a empresa a negociar com dignidade e respeito. Fique ligado! A gente quer mais!

Confira abaixo a proposta reapresentada pela CESP:

√ Reajuste: 6,49% nos salários e benefícios

√ Vigência 1 ano

√ PRR: mantém os mesmos indicadores, metas e metodologia de 2010

√ Escala: altera a escala de revezamento de 8 horas para 6 horas

√ A empresa não renova cláusula auxilio previdenciário/ complementação e a cláusula de gerenciamento de pessoal



Peri CESP/Elektro e Duke

Juíza suspende decisão que permitia ações individuais

Diante da insistência do Sindicato em buscar solução negociada e coletiva, uma audiência de conciliação com as empresas está marcada para o dia 15 de julho próximo

No último dia 07 de junho, o Sinergia CUT ficou sabendo de uma nova decisão judicial dentro da ação movida contra a CESP e as empresas cindidas para pagamento da diferença do adicional de periculosidade.

A juíza da 8ª Vara do trabalho de Campinas, Érica Escarassatte, suspendeu seu despacho anterior – que autorizava que os trabalhadores entrassem com ações individuais e determinava que o Sindicato juntasse as procurações em até noventa dias "após o trânsito em julgado".

O despacho anterior foi suspenso diante de diversos recursos interpostos pelo Sindicato para negociar um acordo coletivo que dê fim ao processo judicial e viabilize o pagamento das diferenças do adicional de periculosidade.

Além da nova decisão, a juíza marcou uma audiência de conciliação entre o Sinergia CUT e todas as empresas envolvidas na ação para o dia 15 de julho próximo. A Área Jurídica do Sindicato informou ainda que, pelo despacho, "todas as ações de execução individual que porventura tenham sido protocoladas deverão ficar arquivadas e sobrestadas até a audiência".

Muita calma nessa hora

A notícia é muito boa e confirma a orientação do Sindicato de que os trabalhadores não podem se deixar enganar. "Sempre alertamos que os trabalhadores não entregassem seu direito à periculosidade para qualquer um. Vários companheiros ouviram promessas de solução individual rápida mediante a cobrança de 30% dos valores devidos a título de honorários advocatícios", afirma a direção do Sinergia CUT.

Não é verdade. Tanto que o Sindicato continua atuando como representante legal de todos os trabalhadores para garantir o pagamento.

Recadastre-se!

"Mais do que nunca os trabalhadores devem manter a sintonia com o Sindicato fazendo o recadastramento em nosso Portal e mantendo a confiança na entidade sindical que o representa", reafirmam os dirigentes.

O prazo para o recadastramento é de 60 dias (08 de junho a 06 de agosto). Ele servirá para ajudar a execução fornecendo ao perito a lista correta de todos os que o Sindicato entende fazer jus ao recebimento.

Sinergia CUT entra na luta pela suspensão da Resolução Normativa 414

A resolução dispõe sobre a transferência dos ativos de iluminação pública para os poderes públicos municipais e teve seu prazo prorrogado

Foi publicada, no último dia 01 de junho, no Diário Oficial da União, a Resolução Nº 436/2011, que estende até outubro de 2011 o prazo para as distribuidoras comprovarem o envio das propostas de transferência dos ativos de iluminação pública para os poderes públicos municipais de sua área de concessão. O prazo inicialmente previsto era até julho de 2011, mas as distribuidoras alegaram complexidade e dificuldades para contabilização e transferência dos ativos e preparação de respectivo relatório.

Essa resolução prevê que até setembro de 2012, os municípios assumam a manutenção da rede de iluminação pública, o que compreende a manutenção, a instalação dos braços de luz e das lâmpadas em casos de avarias.

Segundo o diretor da Aneel, Romeu Donizete Rufino, a resolução visa adequar as práticas às normas constitucionais. Segundo a Constituição 1988, o serviço de iluminação pública é encargo dos municípios, que podem prestar o serviço diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão. A distribuidora pode prestar esse serviço mediante contrato específico.

Contribuições para a Audiência

Porém, para o Sinergia CUT que, juntamente com o pesquisador Eduardo Toledo, elaborou e enviou contribuições para a Audiência Pública realizada pela Aneel, questões referentes à qualidade dos serviços, cobranças duplicadas e falta de

clareza da regulamentação devem ser consideradas e reavaliadas antes de qualquer tomada de decisão e mudanças.

"Com a transferência destes ativos para os municípios, serão mantidos os mesmos custos e a mesma qualidade de serviço que até o momento foi prestado pelas concessionárias? E os trabalhadores que realizarão os serviços serão devidamente treinados e qualificados?", questiona o dirigente sindical Paulo Robin, diretor da Área de Novas Tecnologias do Sinergia CUT.

Segundo ele, aí está a principal razão do desatino que poderá ser cometido. "A Aneel, ao invés de regular pensando na coerência operacional, resolveu alinhar a regulação à determinação constitucional", observa.

Na luta

Por tudo isso, o Sinergia CUT entra na luta pela suspensão da da resolução normativa nº 414 da Aneel até que o assunto seja objeto de uma discussão nacional e que os prováveis obstáculos sejam retirados do caminho. "O trabalhador e o consumidor não poderão ser prejudicados", afirma.

O Sindicato, então, está buscando contatos com prefeituras e entidades representativas da sociedade para juntar forças nessa batalha. "A prefeita de Ribeirão Preto Dárcy Vera, por exemplo, está liderando um movimento em defesa da suspensão da resolução. Vamos contatála", informa Robin.

S'EUE'S

"Terceirização mata!"

Sinergia CUT participa da Audiência Pública e, junto com a CUT, alerta parlamentares sobre riscos de PLs que favorecem tercerizações no Brasil

Na audiência pública da Comissão Especial sobre a Regulamentação do Trabalho Terceirizado, realizada no último dia 16, em Brasília, o presidente da CUT, Artur Henrique, sugeriu a paralisação da tramitação de todos os Projetos de Lei (PLs) que regulamentam a terceirização, até que seja esgotado todo o debate sobre este tema. O presidente do Sinergia CUT, Jesus Garcia, acompanhou oa discussão, junto a outras lideranças sindicais cutistas, convocadas à mobilização.

No dia 08 de junho, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou o PL 4330/04, que escancara as terceirizações, inclusive em atividades fim. Para Vicentinho, esse PL que permite tudo não pode ser aprovado "a toque de caixa" como ocorreu na semana passada. "Se o PL é do interesse do trabalhador, os deputados deveriam ter esperado, ter ouvido opiniões e costurado mais para garantir os direitos dos trabalhadores".

O presidente da CUT iniciou sua apresentação falando sobre os problemas da terceirização e disse que um dos principais aspectos do debate que precisa ser feito é a questão da impessoalidade e subordinação direta do trabalhador terceirizado com a empresa tomadora.

Para Artur, o desafio é construir uma regulamentação que incorpore as mudanças já consolidadas no mercado de trabalho e revertam a precarização resultante do processo de terceirização. "E o PL que contempla as premissas e propostas da CUT é o 1621/07, apresentado pelo deputado Vicentinho (PT-SP)", afirmou.

A terceirização mata

Ao falar sobre a posição da CUT quanto ao processo de terceirização, Artur Henrique, ressaltou que a terceirização mata e os dados comprovam sua afirmação. No setor elétrico, a taxa de mortalidade dos terceirizados do setor é 3,21 vezes maior. A taxa de mortalidade entre os trabalhadores terceirizados do setor foi de 47,5 por grupo de 100 mil. Já a taxa entre os trabalhadores diretos foi de 14,8. A explicação, segundo Artur é, principalmente, falta de treinamento e número reduzido de trabalhadores.

CUT sai na frente: 06 de julho é Dia Nacional de Mobilização

Durante 2 meses, representantes da CUT, do MST, da CMP, da Marcha das Mulheres e de outras entidades que integram a Coordenação dos Movimentos Sociais, se reuniram para elaborar uma pauta de reivindicações conjunta.

A CUT, a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, mais uma vez sai na frente, honrando a sua história de tradição, de luta, de organização e de mobilização em defesa da classe trabalhadora brasileira. Em maio deste ano, mais precisamente no dia 20, a Executiva Nacional da CUT decidiu convocar sua militância para um Dia Nacional de Mobilização. A data escolhida foi 6 de julho.

Desde maio, representantes da CUT vêm se reunindo com os companheiros do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), da CMP (Central de Movimentos Populares), da Marcha Mundial das Mulheres e de outras entidades da Coordenação dos Movimentos Sociais, que apoiaram a ideia e se incorporaram imediatamente ao processo mobilização e organização da ação, para elaborar uma pauta unificado.

A pauta que será apresentada à sociedade brasileira no dia 6 de julho é focada. Vamos lutar em defesa da alimentação, da educação e de questões trabalhistas e sindicais.

As nossas reivindicações são:

- √ **Alimentação** defendemos a reforma agrária, o fim da concentração de terras, a PEC do Trabalho Escravo. Vamos lutar contra os agrotóxicos e contra o modelo agrário atual queremos a ampliação dos recursos para a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. Para nós, o agronegócio tem um financiamento desproporcional à quantidade de alimentos que produz e precisamos reverter este quadro.
- √ **Educação** defendemos a ampliação da educação no campo, o Plano Nacional de Educação, a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação e qualificação profissional permanente para nossos docentes.
- √ **Trabalho e sindicalismo** vamos lutar pela redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, por liberdade e autonomia sindical, pelo fim do Imposto Sindical e pela implantação da Contribuição Negocial, aprovada em assembleia soberana dos trabalhadores. Além disso, pelo combate às práticas antissindicais e pelo fim do Fator Previdenciário. Vamos também combater a precarização e a terceirização.